
POVOANDO O TERRITÓRIO DA LUTA PELA TERRA
E PELA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO*

*POPULATING THE TERRITORY OF THE STRUGGLE FOR
LAND AND FOR THE AGRARIAN REFORM IN
CONTEMPORANEAN BRASIL*

Antonio Thomaz Júnior**

thomazjrgeo@terra.com.br

Resumo: É fundamental distinguirmos a luta pela terra da luta pela reforma agrária, pois enquanto a reforma agrária é uma política recente, comparada ao processo de formação do latifúndio e da luta pela terra, aquela é uma política que se vincula às disputas com o latifúndio e é feita pelos trabalhadores. Dessa forma, podemos distinguir o que poderia ser um projeto de reforma agrária do que efetivamente ocorre no Brasil, por meio da política de assentamentos, via de regra, devido à pressão e às ocupações de terras improdutivas e griladas, pelos movimentos sociais, sem contar que a trágica situação da concentração da estrutura fundiária no país se renova e amplia os problemas agrários e sociais, ao longo do tempo. Esse modelo insustentável sempre se impôs, por intermédio do poder e da violência. Isso expõe de forma marcante a oposição entre trabalhadores e os segmentos da burguesia, latifundiários, especuladores imobiliários, Estado, organismos internacionais de fomento da ossatura da sociedade do capital (FMI, OMC, BM). Enfim está jogo interesses de classe, atualizados aos pressupostos dos grandes conglomerados transnacionais agroquímico-alimentar-financeiros, ao mercado externo em detrimento de alternativas factíveis para fortalecerem o mercado interno, a fixação dos trabalhadores e suas famílias, na terra, assim como a priorização da produção familiar camponesa, via reforma agrária.

Palavras-chave: luta pela terra; reforma agrária; movimentos sociais; trabalho; luta de classe

Abstract – It is of fundamental importance to distinguish the struggle for land from the struggle for the agrarian reform. While the latter is a recent policy, compared to the process of latifundium formation and the struggle for land, the former is a policy that is linked to the fights against latifundium and which is carried out by the workers. Thus, we can distinguish what could be an agrarian reform project from what it really happens in Brasil through the policy of settlements which are usually due to the pressure of social movements and to the illegal occupancy of unproductive landed property. Besides, the tragical situation of the agrarian structure in the country renews and widens the agrarian and social problems over the time. This unsustainable model has always prevailed by means of power and violence. This remarkably exposes the big opposing differences between workers and the segments of bourgeoisie, latifundium owners, land-jobbers, real estate speculators, State, international organizations that support the frame of the society of the capital (IMF, WCO, WB). Therefore, class interests adapted to the purposes of the great multinational agricultural-chemical-food-financial conglomerates, and to the foreign market become a hindrance to the feasible alternatives that could strengthen domestic market, help workers to settle with their families, and give priority to the peasant family production via agrarian reform.

Key-words: *struggle for land; agrarian reform; social movements; work; class struggle.*

* Este texto resulta das pesquisas que estão em consecução, com o apoio do CNPq (Editais: Universal, Ciências Humanas e Produtividade em Pesquisa).

** Professor dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente; Pesquisador PQ/CNPq; autor de *Por trás dos canaviais os nós da cana*, São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002, e *Geografia passo-a-passo*, Santiago de Compostela: Editorial Centelha, 2005; Organizador da coleção “Geografia e Trabalho no Século XXI”; Coordenador do CEGeT <www.fct.unesp.br/ceget>

1. OS ELEMENTOS HISTÓRICOS CENTRAIS

Este tema nos desafia a pensar se há possibilidades de priorização da luta pela terra e reforma agrária, como elementos fundantes da questão agrária no Brasil, no século XXI. Partimos da premissa de que essa via de mão dupla é plena de potencialidades, contradições e desafios que ainda persistem e nos movem, particularmente, às pesquisas, aos debates, pois o tema sugere que situemos as identidades territoriais desse processo no contexto das organizações sociais que cumprem e/ou cumpriram algum papel relevante sobre a questão agrária, no país, como o Estado, os partidos políticos, os sindicatos, as ONGs e os movimentos sociais. Não se pretende, contudo, esgotar o assunto, porém, empenhar vida aos protagonistas e às contradições que se refazem na contemporaneidade, indicando que o tema continua sendo povoado enquanto expressão territorial definida pelas lutas e pelos conflitos.

O constante fluxo de relações, de trocas (econômicas, de ideias) que ocorrem por meio de diferentes formas de expressão e territorialização do trabalho entre o rural e o urbano e,

consequentemente, todo o empreendimento da dominação do capital e da resistência por parte das organizações dos trabalhadores repõem a luta pela terra e a reforma agrária, bem como os impasses e disputas no interior do mundo do trabalho no centro das atenções, sendo, pois, esses, na contemporaneidade, os principais protagonistas que almejam transformações na estrutura fundiária e na sociedade.

Desde as lutas de resistência dos indígenas nativos contra o cativo da terra, a exploração, a espoliação (desde o século XVI), as lutas messiânicas (final do século XIX e começo do século XX), ao cangaço (século XX); das Ligas Camponesas, que se envolveram numa luta de resistência à expropriação e ao assalariamento forçado (nos anos 1945 a 1960), com a participação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de setores progressistas da Igreja Católica (CEBs, CPT, já nos anos 1975), ao MST (a partir de 1980), a luta nunca cessou, em nenhum momento. Os camponeses lutaram e estão lutando até hoje e entrarão o século XXI lutando (TAVARES DOS SANTOS, 1985).

Dos anos 1940 a 1970, eclodiram várias ações por todo o país,

desenrolando-se no Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás, São Paulo, lutas de resistência e envolvimento diretos na luta pela terra por parte dos camponeses e também os assalariados. Durante toda a história do Brasil, os camponeses, bem como todos os trabalhadores, foram mantidos à margem do poder, por meio da violência; o golpe militar e o avanço do capitalismo no campo fizeram aumentar a miséria, a acumulação e a concentração fundiária e de riqueza. Esse processo transformou o meio rural com a mecanização, a utilização de insumos químicos e sintéticos, a industrialização, a consolidação dos negócios à base dos grandes conglomerados agroquímico-alimentar-financeiros, em transações transcontinentais (THOMAZ JÚNIOR, 2009).

É importante tecer algumas reflexões referenciais da história recente, com seus vínculos mais remotos, sobre a questão agrária no Brasil, contemplando a luta pela terra e pela reforma agrária, para que possamos dispor de elementos mais substanciais a fim de pensarmos na contemporaneidade, o papel do Estado, dos Partidos Políticos, das ONGs.

É sabido que, nos 1945, as Ligas Camponesas comparecem em cena para

colocar em evidência uma das facetas mais perversas da questão agrária, na época, que era o assalariamento forçado, a que os trabalhadores eram submetidos, normalmente moradores, arrendatários, meeiros, posseiros. Somente no final dos anos 1950, já sob a influência mais direta do PCB e da liderança de Francisco Julião, é que o tema da reforma agrária ou questão fundiária passa a ocupar lugar central nas suas lutas.

Na década seguinte, em pleno processo de industrialização do país, o PCB criou, juntamente com lideranças dos trabalhadores, a União dos Lavradores do Brasil (ULTAB). Essa foi à estratégia do partido para efetivar a aliança operário-camponesa, diretriz do VI Congresso da Internacional Comunista (1928), no âmbito da III Internacional Comunista, que prescrevia que os países coloniais e semicoloniais e dependentes promovessem a revolução democrático-burguesa, para forçar a transição do feudalismo ao capitalismo. Alberto Passo Guimarães, militante do PCB e intelectual de peso, defensor dessa tese, divergia de Caio Prado Júnior, por entender que os restos feudais tinham que ser removidos, e a reforma agrária poderia ser uma possibilidade (PRADO JÚNIOR, 1966).

As disputas de posições internas ao PCB ganharam mais amplitude com a defesa de Caio Prado Júnior, que não se tratava de feudalismo, restos feudais ou semifeudais, mas sim de uma economia que começou capitalista, ligada à expansão comercial dos países capitalistas europeus, de modo que o que tinha de ser feito era melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores, tendo em vista os maus tratos, a ausência de direitos, apostando no avanço das forças produtivas (ainda vinculado às teses da II Internacional), e não propriamente a aspiração pela terra. Dessa forma, a reforma agrária não deveria ser a única direção para a demolição dos latifúndios; atrelava o alerta de que a reforma vinculada à hegemonia do regime capitalista não garantia a transformação socialista. A ele se juntou, nesse debate, André Gunder Frank, em seu livro *Agricultura brasileira: o capitalismo e o mito do feudalismo*.

É importante notar que essas duas vias sinalizadas por Prado Júnior não negavam a existência dos camponeses, todavia, tratava-se de um setor residual, mas, no decorrer dos anos 1960, centrará atenção muito mais na linha da melhora das condições de trabalho do

que na luta pela desconcentração fundiária.

Tanto as Ligas Camponesas, quanto a ULTAB – e a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que a sucedeu, após a regulamentação do sindicalismo no Brasil, em 1962 –, foram influenciadas pelos debates no âmbito do Partido Comunista e também por setores de esquerda da Igreja Católica, os quais participavam ativamente das lutas, da formação de dirigentes, porém, tendo que administrar conflitos internos com clérigos conservadores.

As organizações pastorais se multiplicaram por vários Estados (RN, PE, RS). E é no meio desse campo de disputas que emerge, no RS, o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), que continha assalariados, parceiros, pequenos proprietários, camponeses, que, pouco a pouco, a partir de 1962, começaram a territorializar suas lutas no Rio Grande do Sul, por meio de ocupações de terras, ou seja, a questão agrária se colocava como um problema iminente, não se restringindo ao debate intelectual e partidário. Com o golpe militar de 1964, todos os movimentos e partidos foram proscritos, entretanto, as lutas

camponesas e dos assalariados não se ausentaram da cena política, apesar de abafadas e duramente reprimidas.

É com o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que estavam em *standby*, e da Comissão Pastoral da Terra (1975), que ganham novo fôlego as tantas lutas e organizações que “pipocavam” por todas as regiões e que colocavam a questão da terra no centro do contexto político e existencial dos trabalhadores e das comunidades. Durante o governo militar, essas instâncias da Igreja Católica ajudaram a catalisar forças dos movimentos, a fomentar e recuperar as organizações (MASTER), que, já no final dos anos 1979, como o MST, passam a fazer parte da contemporaneidade (MEDEIROS, 1989).

2. LUTA PELA TERRA E PELA REFORMA AGRÁRIA (ATUALIDADE E EMERGÊNCIA)

Desde as capitâneas hereditárias até os latifúndios modernos, a estrutura fundiária vem sendo mantida pelos mais altos índices de concentração do mundo. Esse modelo insustentável sempre se

impôs por meio do poder e da violência. Neste momento, ou fazemos a reforma agrária ou continuaremos sendo devorados pela questão agrária.

A reforma agrária é uma política recente, comparada ao processo de formação do latifúndio e da luta pela terra. A luta pela reforma agrária ganhou força com o advento das organizações políticas camponesas, principalmente, desde a década de cinquenta do século XX. Todavia, a luta pela terra é uma política que se vincula às disputas contra o latifúndio (FERNANDES, 2006). Portanto, é fundamental distinguir a luta pela terra da luta pela reforma agrária. Primeiro, porque a luta pela terra sempre aconteceu, com ou sem projetos de reforma agrária. Segundo, porque a luta pela terra é feita pelos trabalhadores e da luta pela reforma agrária participam, além dos trabalhadores, diferentes instituições (Estado, partidos políticos, movimentos sociais, ONGs etc.)

O que é importante notar é que durante séculos, os camponeses desenvolveram a luta pela terra sem a existência de projeto de reforma agrária. O primeiro projeto de reforma agrária do Brasil foi o Estatuto da Terra, elaborado no início da ditadura militar

(1964) e que nunca foi implantado. A luta pela reforma agrária é uma luta mais ampla, requer mais mediações e, da mesma maneira que a luta pela terra, não deve se restringir aos trabalhadores rurais, mas deve envolver toda a sociedade.

Essa distinção nos ajuda a compreender que ainda não foi implantado um projeto de reforma agrária, no país, o que não tem impedido que a luta pela terra transcorra e se territorialize por todas as regiões brasileiras, por meio do crescimento das ocupações massivas, realizadas por diversos movimentos sociais, principalmente pelo MST, MLST, MTD e os outros vinculados à Via Campesina. Diante disso, temos que distinguir o que poderia ser um projeto de reforma agrária do que efetivamente ocorre no Brasil, por meio da política de assentamentos, via de regra, devido à pressão e às ocupações de terras improdutivas e griladas, pelos movimentos sociais. Por conseguinte, a política de assentamentos do governo federal e de alguns governos estaduais é apenas uma resposta às ações dos sem-terra, não se sustentando enquanto políticas de Estado.

Com vistas a fazer essas reflexões que nos possibilitem vincular o Estado à luta pela terra e pela reforma agrária, não há como tergiversarmos da política agrária, porque, mesmo que não esteja explícita, se faz presente nos objetivos, nos instrumentos utilizados pela política agrícola. Esta, normalmente setorial, influencia e é influenciada decisivamente pela estrutura fundiária, o processo histórico de ocupação/apropriação das terras, do mesmo modo que as políticas de desenvolvimento rural, que ocorrem com a mesma denominação e combinam diversas nomenclaturas, predominantemente com os qualificativos *territorial*, *sustentável* etc. De toda maneira, os atributos delegados à agricultura, no processo de industrialização da economia brasileira, encontram-se fartamente dispostos na literatura: basta apenas lembrarmos o desenvolvimento industrial (SILVA, 1981), o desenvolvimento econômico (FURTADO, 1974), o desenvolvimento e a modernização da economia (DELFIM NETO, 1966).

Nesse processo, extraem-se, como se fosse uma unanimidade, cinco pontos que centralizam as avaliações dos principais pensadores sobre o assunto: 1) liberar mão-de-obra para a indústria; 2)

gerar oferta de alimentos; 3) oferecer matérias-primas para a indústria agroprocessadora; 4) participar com saldos, nas balanças de pagamentos; e 5) transferir renda para o setor urbano-industrial.

O exemplo mais recorrente é o que se territorializou no Brasil na década de 1970, quando a política da “modernização”, terminologia para explicar o potenciamento tecnológico, elevação dos patamares de produtividade e de produção, à base da expulsão e expropriação de milhões de famílias (colonos, moradores, arrendatários, meeiros, camponeses, assalariados etc.), mas seguido da intensificação da concentração da propriedade da terra e, para ser mais direto, podemos lembrar o caso da cana-de-açúcar, via Proálcool, como tivemos oportunidade de estudar, em particular.

Desde os anos 1960, em torno de expressões *crise agrária*, *questão agrícola* ou *questão agrária*, circundavam principalmente esses aspectos e, para alguns intelectuais, a questão da reforma agrária se secundarizava diante da unanimidade, para garantir as tais cinco funções ou papéis da agricultura, da necessidade da presença do Estado, como forma de assegurar o instituto da

propriedade privada. A prevalência do conservadorismo da época intimidou, mas continuaram os debates e as reivindicações das organizações que, de modo articulado, porém difuso, marcavam posição em favor da reforma agrária.

É por dentro dessa trama que a Lei de Terras, de 1850, cumpre sua missão histórica de fazer avançar as relações capitalistas de trabalho, o que exigia que a força de trabalho fosse livre e não mais cativa. É por isso que, quando escravos, os trabalhadores eram vendidos como mercadorias e, como trabalhadores livres, vendiam força de trabalho. De toda forma, o que era essencial foi mantido, ou seja, os escravos e agora trabalhadores livres permaneceram apartados dos meios de produção. Mas o trabalho livre se expandiu, mesmo com a chegada do imigrante europeu, sobretudo italianos, alemães, japoneses etc., já nos primeiros anos do século XX. Se, por um lado, o antigo escravo passou a ser dono de sua força de trabalho, o imigrante europeu, camponês expulso ou expropriado de sua terra, era livre somente por possuir a sua força de trabalho. Se, para o escravo, a força de trabalho era uma “conquista” diante da obrigatoriedade da escravidão

e do cativo, para o imigrante era o que lhe restou: mas, tanto para um como para o outro, a luta pela liberdade equivalia à luta pela terra.

Outra face desse processo que se consolidou como se fosse um axioma, no Brasil, foi o fato de que os ex-senhores de escravos transformados em senhores da terra passaram a grilar a terra como prática usual, em total desrespeito à Lei de Terras, que pregava que a terra deveria ser comprada. É por esse processo que se derrubaram as florestas nativas, as fazendas de café ou de gado, portanto, mediante a expulsão de posseiros (terra de trabalho) e da grilagem (sinônimo de falsificação de documentos, subornos), que rebateu nos grandes latifúndios, é que o Brasil agrário, ao longo dos séculos, se consolidou num dos maiores produtores de cereais e demais produtos agroalimentares do mundo; agora, no século XXI na fase do agronegócio, ainda mantém as tradições da força, da violência, da grilagem, da onipotência da estrutura de poder do agronegócio, que se renova a cada momento, com os demais setores da economia: indústria, financeiro, serviços etc.

A trágica situação da concentração da estrutura fundiária no país se renova

e amplia os problemas agrários e sociais, ao longo do tempo. Esse modelo insustentável sempre se impôs, por intermédio do poder e da violência, sendo que o imobilismo por parte do Estado (PNRAs, políticas agrárias, políticas agrícolas), em meio a retrocessos e medidas progressistas (parciais), via de regra, produto da pressão dos trabalhadores e das suas organizações; a covardia e os conchavos reinantes no Congresso Nacional, que sucumbe aos grupos conservadores e os *lobbies* dos latifundiários e do capital; a quase que total paralisia e apatia dos partidos políticos, diante desse tema, e o apoio valioso, porém, com pequeno alcance e mobilização, por parte das ONGs (ABRA, Rede Social, IBASE), ficando, pois, o fundamental das ações e das lutas ao encargo dos movimentos sociais, particularmente vinculados à Via Campesina (MST, MPA, MCP, PJR, MAB), MTST, MTD, CPT.

Em alguns casos específicos, mas cada vez mais distantes, também é possível lembrar a presença de alguns sindicatos de trabalhadores rurais (STR) e as Federações, como é o caso de Pernambuco, sindicato de empregados rurais (SER), em São Paulo, Confederação dos Trabalhadores na

Agricultura (CONTAG), igualmente com ação restrita nos Estados de Pernambuco e Paraíba, além da Central Única dos Trabalhadores (CUT), cada vez mais distante dos conflitos de classe e se acomodando ao jogo do poder.

Priorizaremos, em face de um tema tão amplo, o processo de luta pela terra e as disputas em torno da reforma agrária na contemporaneidade, no Brasil, a partir dos movimentos sociais que protagonizam, sendo que tanto a participação do Estado, dos partidos políticos e das ONGs, comparecerão no âmbito do debate. Ou seja, em torno das ações, das contradições desse processo de construção política dos movimentos sociais é que vamos refletir sobre o tema posto.

É por essa via que entendemos o processo de luta pela terra e pela reforma agrária, bem como as demais experiências em vigência, como a Comuna da Terra (MST), a luta pela terra urbana para a moradia, levada a cabo pelos Sem Teto, capitaneados por diferentes frentes de luta, tais como o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), MNLM (Movimento Nacional de Luta pela Moradia) e o MTD (Movimento dos Trabalhadores Desempregados), à semelhança das

experiências das Comunas Urbanas (MST) etc., como núcleo central do conflito de classe. Esses exemplos expõem de forma marcante a oposição entre trabalhadores e os segmentos da burguesia, latifundiários, especuladores imobiliários, Estado e organismos internacionais de fomento da ossatura da sociedade do capital (FMI, OMC, BM).

3. OS SUJEITOS, AS AÇÕES, AS REPERCUSSÕES

É imperioso considerar os movimentos sociais que ocupam destaque e que colocam na agenda política a questão da terra e, em particular, os problemas candentes da questão agrária, no Brasil, bem como as mobilizações que rebatem nas bandeiras da Reforma Agrária e que, de alguma maneira, ecoam no socialismo, mas que não conseguem romper as blindagens dos partidos políticos, alcançando alguma interlocução junto às ONGs e demais instâncias da sociedade civil que fazem parte do processo.

Se recorrermos à história recente, para delimitarmos o tema posto, constatamos que foi ao longo da segunda metade da década de 1970 que a questão

agrária retorna à pauta dos coletivos, particularmente a necessidade da reforma agrária, convivendo, naquele momento, com as brigadas para proteger os posseiros, em várias porções do território (Nordeste, Sul, Amazônia, sobretudo os extrativistas), ameaçados pelos jagunços contratados pelos próprios latifundiários/grileiros e pelas Forças Armadas.

À luz dos ensinamentos da Teologia da Libertação, as comunidades católicas tornaram-se espaços de socialização política, de organização popular. Em 1975, A Igreja Católica criou a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a qual cumpriu o papel de (re)articular os novos movimentos camponeses que se insurgiram durante o regime militar, em meio ao poder supremo do Estado Maior, em consonância aos Grupos Executivos de Terras, que tinham a missão de militarizar e/ou eliminar os opositores os locais potencialmente conflituosos, como é o caso do GETAT (Araguaia-Tocantins). A “panela de pressão” estava a todo vapor, pois, ao reprimir a luta pela terra e não realizar a reforma agrária, os governos militares contiveram o avanço do movimento camponês, contudo, não conseguiram eliminá-los. Nesse processo de intensa

repressão política, expropriação, expulsão, massacres, perseguições e imposições do modelo econômico, comparece em cena, no final de 1979, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com a ocupação da gleba Macali, em Ronda Alta (RS).

As diferentes fases ou períodos que o MST põe em prática, para construir seu projeto de luta pela terra (ocupar, resistir, produzir), e a pressão que exerce sobre o Estado para a construção e execução de projeto de reforma agrária desembocaram, em 1985, no I Programa Nacional de Reforma Agrária (com a Nova República), que, mesmo com as limitações, ficou no papel (DELGADO, 1996).

A intensificação das lutas e a repressão, perseguição e assassinatos contra os movimentos sociais, as lideranças e militantes mais destacados, aconteceram juntamente com as chacinas providenciadas tanto por jagunços como pela Polícia Militar e Exército, em vários Estados do país, como Corumbiara (RO), onde 9 Sem Terras foram assassinados; e, em 1996, 16 trabalhadores foram exterminados pelas forças regulares da PM, em Eldorado dos Carajás, Sul do Pará etc.

As estruturas organizativas do MST, especialmente os setores de produção, de educação de saúde, assim como os demais, implementam propostas inéditas de organização dos camponeses, que estão vinculadas às suas raízes, ou seja, apesar de a palavra *camponês* não ter sido unânime para os trabalhadores e até por isso nem faz parte do nome da agremiação, o movimento nasce como camponês, na acepção da palavra.

Com três bandeiras prioritárias – terra, reforma agrária e mudanças gerais na sociedade –, perceberam as lideranças que se tratava de um movimento camponês diferente dos demais, porque não lutava apenas por terra (STEDILE; FERNANDES, 2004). Ainda que haja diferentes compreensões sobre esse assunto, há, todavia, uma concordância entre os dirigentes, os trabalhadores, os intelectuais, de que, se o MST ficasse limitado somente a lutar por terra, já teria acabado. A diferença e a amplitude teórico-política estão na referência da luta de classes, isto é, há uma disputa no interior da sociedade, na qual a questão da terra ocupa lugar central e que os trabalhadores, camponeses, estão no confronto com as oligarquias, latifundiários/grileiros, políticos, Estado, grande capital nacional e

transnacional, setores conservadores da sociedade.

A implementação das lutas e ações de massa caracterizaram e diferenciaram o MST dos demais movimentos, tanto os congêneres, mas, sobretudo os sindicatos, os quais, por possuírem outra estrutura organizativa – por exemplo, não contam com a presença da família (pai, mãe, filhos) – e pela própria capacidade de mobilização, já na segunda metade dos anos 1980, em face dos elevados patamares de desemprego, já se condenavam à retaguarda.

As propostas de organização interna do MST, inauguradas em 1990 com a CONCRAB, refletiram certo amadurecimento das famílias camponesas, que já desenvolviam, em alguns assentamentos ou grupos de famílias, atividades cooperativadas diversas (mutirão, trocas de dias de serviço). Apenas após o III Congresso, em 1995, se consolida o sistema Cooperativista dos Assentamentos (SCA). De fato, este foi sempre um aprendizado para o movimento (STEDILE, 2007).

A dificuldade para os trabalhadores entenderem que a terra poderia ser coletiva, o que ainda está em cena, demandou muita discussão junto às

bases, e esse é um limite cultural de grandes proporções (STEDILE, 2007). Coincidentemente, um momento de muita repressão aos trabalhadores e lideranças postas em prática pelo governo Collor potenciou a organização interna do movimento, todavia, as ocupações continuaram acontecendo, em todo o Brasil.

As experiências bem sucedidas de cooperativização do trabalho e de organização de cooperativas se espalharam pelo país, de que são exemplos a COANOL, na fazenda Anoni (Sarandi-PR); COPAVI (Paranavaí-PR) COOPEROESTE, em São Miguel do Oeste (SC), a qual produz leite longa vida; COAPAR (em Andradina-SP); COPAVA em Itaberá-SP (Agrovila III), dentre outras.

A estrutura cooperativada e, em alguns poucos casos, o trabalho coletivo na terra, os avanços em relação à educação, a formação e frentes de massa são marcas que vieram para ficar. E as lutas para manutenção nos lotes sempre foram tão importantes quanto à luta para entrar na terra, por isso, a pressão e as cobranças dos trabalhadores, junto às instâncias responsáveis do Estado por políticas agrícolas compatíveis com a necessidade da subsistência e

abastecimento dos mercados local/regional, sempre foram constantes.

Não podemos esquecer que, no Brasil, a política agrícola esteve diretamente vinculada às mudanças no próprio regime de acumulação de capital ou aos rearranjos estruturais da economia. Com a prevalência do neoliberalismo e a livre regulação dos preços, a situação da agricultura familiar ficou a deriva. Depois de muita luta, ocupações de terra e prédios públicos, o Estado implementou, em 1995, pressionado pelos trabalhadores, em meio a um quadro de total abandono para com a produção interna de alimentos e a um período de forte ascensão das ocupações de terras e das mobilizações dos sem terras, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). De 1995 até 2002, o Programa atingiu apenas 50% do público pretendido (CAZELLA; MATTEI, 2002), considerando as modalidades de crédito – A, assentamento de reforma agrária; B, microcrédito para combate à pobreza rural; C, agricultores com renda anual familiar superior a R\$2.000,00 e inferior a R\$14.000,00; D, agricultores com renda anual familiar superior a R\$14.000,00 e inferior a R\$40.000,00; E,

agricultores com renda anual bruta entre R\$40.000,00 a R\$60.000,00, além das modalidades especiais (agroindústrias familiares, cooperativas de crédito, florestal, semiárido, mulher, jovens).

De forma sucinta, o PRONAF acumulou, no período de 2001 a 2005, um total de 4,6 milhões de contratos e R\$14,0 bilhões, sendo que somente a Região Sul absorveu 50%; apenas para 2009, foram liberados R\$13 bilhões, ante R\$11,5 bilhões de 2008. Apesar de ter havido saltos significativos nos aportes, isso se deve à pressão dos trabalhadores dos movimentos sociais, que, durante as marchas a Brasília, durante as greves, ocupações de prédios públicos, tem pautado o assunto.

Outra face importante do PRONAF, também conquista dos trabalhadores, já no início do governo Lula, foi o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Em princípio, o PAA se somaria ao Bolsa Família, para ecoar a preocupação agrária do governo com o Fome Zero, ou seja, que fosse um Programa-modelo de combate à fome, mediante a estimulação da produção de alimentos, subdividido em cinco modalidades: 1) Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF); 2) Compra Direta da Agricultura Familiar

(CDAF); 3) Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF); 4) Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF); e 5) Incentivo à Produção e Consumo de Leite ou PAA Leite.

Todavia, é importante salientar que o que se denomina reforma agrária, em consonância com o crédito fundiário, prescrito no II PNRA, estruturado atualmente no Programa Nacional de Crédito Fundiário, oferece aos camponeses três linhas de empréstimos chamadas de Combate à Pobreza Rural, Nossa Primeira Terra, Consolidação da Agricultura Familiar, além de duas ações: Terra Negra Brasil e Terra para a Liberdade. Esse programa vai na direção oposta da reforma agrária, uma vez que se territorializa, a partir do fornecimento de empréstimo bancário aos camponeses, destinado à concretização de transação imobiliária, na qual uma propriedade rural é comprada à vista e em espécie dos proprietários, estimulando o mercado de terras, logo, o rentismo fundiário.

O cadastro do INCRA revela, para 2003, que 70.000 imóveis (1,6% do total) ocupam quase a metade (43,5%) da área cadastrada ou 183.000.000 de ha, sendo que, quanto ao uso da terra e sua função

social, apenas 30% da área dos imóveis foi classificada como produtiva. No entanto, em relação ao total da área agricultável ou 850 milhões de ha, apenas 75 milhões de ha estão ocupados pela agricultura; 120 milhões com pastagens; 128 milhões para as reservas indígenas; 102 milhões de ha para as unidades de conservação, enquanto se estima que há 173 milhões de ha de terras devolutas. Portanto, a magnitude da quantidade de terras que poderia ser destinada para a Reforma Agrária, a começar pelas terras devolutas sob controle dos grileiros, não deve ser desprezada, tampouco justifica as políticas compensatórias, em lugar de projetos consolidados e específicos.

Sem contar que isso compõe as idas e vindas dos acordos palacianos e, por certo, das negociações políticas que influenciaram o conteúdo e o formato do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), do governo Lula, intitulado “Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural”. Da proposta original de assentar 1.000.000 de famílias, finalmente, depois de o plano pronto, o governo fechou com 550.000 famílias. Essa experiência de governo, além de míope, é refém dos interesses da ordem burguesa, evidenciadas, pois,

pelos arranjos que norteiam a composição política interna ao PT e aos partidos aliados, bem como à base de apoio parlamentar no Congresso Nacional, que soldam o conservadorismo *antipopular* do governo Lula, até o momento consagrado para viabilizar a boa máxima “Brasil: um País de todos”. Esse documento expressa a intenção de dar continuidade ao I PNRA, da era Sarney (1985-1989), mas ressalva que objetiva promover uma Reforma Agrária ampla, massiva e sustentável, porém em consonância com os preceitos da agricultura familiar e os vínculos com o Desenvolvimento Territorial Rural (DTR).

Na última década, ao redor do *vazio* da reforma agrária, temos a consolidação de um modelo de gestão voltado ao atendimento dos interesses dos órgãos de fomento e gestão do grande capital (OMC, FMI, BM), que, de forma orquestrada, banalizam a reforma agrária, protagonizando a Reforma Agrária de Mercado, que angariou fatias expressivas dos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra, até mais recentemente o próprio MST, no Estado de Sergipe (RAMOS FILHO, 2008).

Esse modelo destrutivo das lutas de resistência, que coleciona diversos contra-exemplos em vários países da América Latina, África, Ásia e no Brasil, em particular, desde o período FHC e agora reforçado com Lula, mediante o Crédito Fundiário, vivencia exemplos que negam a autonomia, o alcance social e o favorecimento da pequena unidade familiar/camponesa (SAUER, 2008). A fixação das famílias na terra, associada às políticas de apoio à produção e comercialização em circuitos restritos ao consumo em pequenas distâncias, é negligenciada pelas políticas oficiais, pois os financiamentos quase nunca chegam nos momentos adequados, apesar da existência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), vinculado à CONAB e Ministério de Desenvolvimento Social, e do Fome zero.

É importante ressaltar também as investidas do capital, do Estado e dos setores dominantes, sobretudo os latifundiários, que têm redefinido o sentido, o significado e a abrangência da Reforma Agrária, não somente para os trabalhadores, mas para toda a sociedade, por meio da noção de desenvolvimento rural endógeno, inscrito no ideário do *Novo Mundo*

Rural, projeto combatido pelos movimentos sociais que se mantêm fiéis à Luta pela Terra, particularmente o MST.

Em tempos de FHC, a declaração de intenções desse documento não ultrapassou os limites do papel, porque o que mais ocupava destaque – “contribuir para a erradicação da pobreza rural e redução dos índices gerais de pobreza no Brasil” – não passou de retórica, já que presa ao contexto político internacional de ascensão dos parâmetros neoliberais. Contudo, estava selada a sorte da Reforma Agrária, concebida na seara do mercado, ou de como resolver a pobreza nos parâmetros do mercado, ao elevar a agricultura familiar ao papel de protagonista.

Mas só podemos entender os assentamentos, as lutas, os enfrentamentos, a partir do processo histórico, uma vez que os assentamentos somente se fazem verdade por conta das lutas. A luta pela terra, por meio das ocupações, cresceu mais intensamente a partir da primeira gestão do governo FHC. As duas gestões desse governo são marcadas por diferentes políticas de reforma agrária. Na primeira gestão, o governo FHC apostou que eliminaria a

questão agrária com a realização de uma ampla política de assentamentos. Foi o período em que mais se assentaram famílias (240.819, ante 149.140, no segundo mandato). Diante dessa situação que não era aceita pelos principais apoiadores do governo FHC, ele iniciou uma estratégia completamente oposta. Investiu na criminalização das ocupações de terra, para não assentar famílias ocupantes de terra e não desapropriar terras ocupadas, conforme a MP 2109-52, de 2001 (SAUER, 2010).

Essas medidas políticas atingiram parcialmente as ações dos movimentos camponeses, como pode ser observado na diminuição do número de famílias ocupantes na segunda gestão do governo FHC (290.578, ante 301.908, no primeiro mandato). Como as ocupações determinam a criação de assentamentos, a diminuição do número de famílias ocupantes representou a diminuição do número de famílias assentadas. Já no primeiro mandato de Lula, foram 343.958 famílias envolvidas em ocupações e 181.358 famílias assentadas. Em torno de 80% das realizações em números de assentamentos, famílias e área ocorreram nos dois governos FHC e no primeiro mandato de Lula.

A marca do descenso das ações em torno da luta pela terra revela, além das dificuldades de articulação dos movimentos, desmobilização dos assentamentos: em vários casos sem condições de trabalhar no lote, por falta de crédito, o trabalhador tem que procurar trabalho fora, o que fragiliza sobremaneira às lutas, a dificuldade da gestão política internamente às alianças políticas que dão sustentação ao governo Lula e que povoam diferentes organizações, inclusive o próprio MST.

4. MUDAR PARA MANTER...

É importante salientar, nesse processo, o mote do referencial que passou a ser adotado a partir de então, ou seja, não mais como no passado, quando o horizonte das políticas públicas pretendia amenizar os problemas em torno da questão agrária – diante da impossibilidade de resolvê-los, nos marcos do capitalismo – agora, o referencial é guiado pelas políticas públicas de desenvolvimento rural.

Na rabeira dessas mudanças de enfoque, a maioria das conquistas dos trabalhadores é eliminada e/ou modificada/fragilizada, tais como: o

PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária), conquistado junto ao governo Sarney, substituído pelo PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), em 1996, hoje esvaziado e deturpado; o projeto LUMIAR foi simplesmente abolido, depois de ter alcançado resultados importantes, no que se relaciona à assistência técnica; e o PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), secundarizado e desprestigiado, apesar de contar com recursos, muito mais devidos às pressões dos movimentos sociais, do que das instâncias diretivas do MDA e do INCRA, contando com mais de 60 cursos universitários em diversas Universidades brasileiras¹, inclusive na FCT/UNESP/Presidente Prudente.

A minimização do conflito pela posse da terra no meio rural, tanto em relação à prática das ações, quanto dos documentos norteadores da política fundiária e agrária do Estado, em favor da construção de um consenso social amplo, teve no Banco da Terra e na Bolsa de Arrendamento as principais

marcas que ainda garantem a vigência do Projeto *Novo Mundo Rural*.

Essa nociva mudança de referencial da política agrária não se identificou apenas com as mazelas dos dois mandatos do governo FHC, mas foi encampada pelo governo Lula. O mesmo modelo de gestão e controle do temário agrário consolidou-se e ignorou o ordenamento jurídico previsto na Constituição e em Leis Federais, que regulam o cumprimento da função social da propriedade da terra.

A continuidade igualmente se efetivou com a adoção do instrumento de aquisição de terras pela lógica mercantil destinada às famílias sem terra ou com pouca terra, isto é, do Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural (CFCPR), instituídos por FHC, tem-se, em 2004, já no governo Lula, no âmbito do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), a instituição do Programa Nacional de Crédito Fundiário, que substitui seus congêneres antecessores. Por conseguinte, o Projeto Reforma Agrária e Alívio da Pobreza, ou Cédula da Terra (PCT), que operou de 1997 a 2002, e inaugurou as experiências de Reforma Agrária de Mercado (RAM), foi reforçado, em

¹ A esse respeito, ver MOLINA (2009); ARROYO (2010).

1999, pelo Programa Fundo de Terras e da Reforma Agrária, denominado Banco da Terra, mas depois “oxigenado” pelo CFCPR, tendo, pois como herdeiro e seguidor da mesma linhagem política o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), instituído pelo governo Lula.

Esse cenário da política agrária, constituído e forjado à imagem e semelhança das diretrizes do Banco Mundial, foi chancelado por parte do movimento sindical representado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e Federação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF), ambas vinculadas à Central Única dos Trabalhadores (CUT), e, mais recentemente, pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), inicialmente no Estado de Sergipe, mas já se alastrando para outros Estados, apesar de ainda ser um assunto polêmico no interior dessa organização. A construção do consenso em torno das questões centrais para o campo, no Brasil, é implementada pelo Estado e pelos segmentos da burguesia e das instâncias dos movimentos sociais comprometidos e subservientes ao

projeto que legitima o governo e o capital.

Quanto a isso, é importante registrar os descompassos existentes entre as políticas agrárias, seus reais objetivos em promover o assentamento de famílias e implementar a Reforma Agrária no País (enquanto ações desapropriatórias baseadas na legislação em vigor de terras improdutivas, ou mesmo a aquisição de terras onde não há disponibilização de terras improdutivas, devolutas ou públicas), se tomássemos apenas os dois governos FHC e Lula (a partir de 2003). Podemos notar que a *matemagia* (OLIVEIRA, 2006) e a arte de mascarar e inflar os números da reforma agrária do MDA/INCRA foram aperfeiçoadas no governo Lula. Isto é, omitir informações, deturpar as metas do II PNRA, confundir as estatísticas, considerando como a mesma coisa novos assentamentos, regularização fundiária, reordenamento dos assentamentos já existentes (substituição de assentados), reassentamentos fundiários das famílias atingidas por barragens: em concordância com Oliveira (2006), a *não Reforma Agrária* é o mote da política agrária do governo Lula.

Com a mesma preocupação de mostrar as traquinagens imperantes na seara das ações da política agrária do governo Lula, pesquisadores do NERA (Núcleo de Estudos de Projetos de Reforma Agrária) trabalham com o conceito de *otimização* dos assentamentos, para demonstrar que a substituição de desistentes aparece como assentados novos, da mesma forma que a *clonagem* de assentamentos que haviam sido criados no ano de 2002, no governo FHC, mas que, supostamente, teriam sido assentadas no governo Lula (SOUZA, 2006).

Por consequência, se considerássemos as informações divulgadas sobre o (des)cumprimento da Meta 1 do II PNRA, constata-se que, das 127.500 famílias em assentamentos novos da Reforma Agrária, segundo Oliveira (2007), apenas 37,7% correspondem à verdade, pois 1.606 famílias ou 1,2% corresponde a reassentamentos de atingidos por barragens; 47.571 famílias (37,3%) referem-se a ações de reordenação fundiária, e 32.835 famílias (25,8%) são oriundas de ações de regularização fundiária. As manipulações, a má utilização dos números enquanto expressão da *não Reforma Agrária*,

acumulam déficits em relação à projeção estabelecida no II PNRA e, pelo que tudo indica, não mudará de rumo (OLIVEIRA, 2006).

A continuidade da linha de conduta entre os governos FHC e Lula, para a questão da terra é a marca principal do distanciamento dos elementos centrais que compõem, a nosso ver, a questão agrária, no Brasil, neste início de século XXI, ou seja, da Reforma Agrária massiva, para sinalizar outro projeto de desenvolvimento econômico e social, e como forma de combater os escandalosos patamares de concentração da propriedade da terra, política agrícola para viabilizar a produção de alimentos para os trabalhadores e assumir a Soberania Alimentar como resultado das decisões democráticas sobre o que, como, onde, para quem produzir, e como referência para o enfrentamento junto aos conglomerados agroquímico-alimentar-financeiros.

Distanciados e reticentes quanto a esses propósitos, a *intelligentsia* palaciana, juntamente com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), fundamentam os referenciais que vêm guiando o governo Lula sobre a temática da terra, no Brasil, através do documento “Referências para

o Desenvolvimento Territorial Sustentável”, que, logo em seguida, deu origem ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), o qual conduziu à formulação do desenvolvimento territorial rural (DTR), responsável por direcionar a política de desenvolvimento rural do governo.

Também ideada para eliminar ou aliviar a pobreza no meio rural, todavia sob a orientação territorial do desenvolvimento, a iniciativa era defendida como inovadora e avançada, porque poderia permitir ações mais eficientes para as comunidades rurais. Seja o desenvolvimento rural com base no desenvolvimento local, seja o desenvolvimento territorial rural, do governo Lula, aos trabalhadores não sobraram alternativas condizentes com as reivindicações de Reforma Agrária, ampla e massiva, associada à política agrícola compatível, tampouco se isentaram da chaga da fome e da indigência.

No mais, sobrou a permanência do Banco Mundial endossando a Reforma Agrária de mercado, processo esse maquiado pela substituição do programa Banco da Terra pelo programa

Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) (PEREIRA, 2005).

Diante dessas evidências, concluímos que há mais continuidades do que rupturas entre os projetos de gestão da temática agrária dos governos FHC e Lula, ainda que não tenham faltado e não faltem críticas, de ambas as partes, em defesa dos *seus projetos*. Entretanto, os dois projetos, ao enaltecerem a capacidade e eficiência produtiva da agricultura familiar, muito mais empreendedora, empregadora e detentora de ocupação equilibrada do território nacional, por meio da multifuncionalidade e da pluriatividade, integrando diferentes atividades econômicas, não explicitaram “o tamanho do estrago” que estão causando para os agricultores familiares camponeses, para os sem-terra, para os movimentos sociais envolvidos na luta pela terra e pela Reforma Agrária.

As práticas e resultados obtidos pelo Banco Mundial e os Estados que se propõem consolidar suas estratégias de *concertação* de classe estão desmobilizando possíveis ações públicas favoráveis aos trabalhadores, mais especialmente os movimentos sociais que resistem e promovem ações para fazer avançar a luta, nesse particular,

como também para chamar a atenção do conjunto da sociedade.

A isso se somam ineficiência, inoperância e conivência do Estado ao projeto de dominação do grande capital, ou como se transformou em detrimento de um projeto de reforma agrária de interesse dos trabalhadores, capaz de atacar o núcleo central do poder de classe, assentado na concentração da propriedade fundiária. Por sua vez, isso não se restringe aos proprietários de terra tradicionais, como já apontamos, mas se estende aos representantes de outras fatias da burguesia, as quais são igualmente grandes proprietários de terra, tais como os representantes da indústria (automobilística, processamento de minérios), banqueiros, redes de supermercados, empresários agroindustriais nacionais e estrangeiros etc.

Enfim, o que está em jogo é a concretização do controle dos Estados Nacionais pelo Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio. Assim, os fundamentos da Política Agrária do governo brasileiro, ao longo dos últimos anos, estão diretamente associados aos pressupostos dos grandes conglomerados transnacionais

agroquímico-alimentar-financeiros, ao mercado externo ou das exportações, em detrimento de alternativas factíveis para fortalecerem o mercado interno, a fixação dos trabalhadores e suas famílias, na terra, assim como a priorização da produção familiar camponesa, via reforma agrária.

Se pensarmos que esse processo é parte integrante do metabolismo social do capital, não poderíamos nos furtar a compreendê-lo no âmbito das contradições que se estabelecem entre o conjunto da sociedade, os embates de classe ou os territórios em conflito, que, inclusive, ultrapassam a demarcação da luta pela terra e alcançam os demais circuitos da sociedade.

É nesse cenário que comparecem as disputas pelo controle e gestão dos mercados, mas de todo o circuito produtivo, a começar pelos territórios da produção (direta) de alimentos e em outras partes da cadeia do processamento industrial e o capital financeiro. A mundialização da economia, tema recorrente e de extrema complexidade, nos estimula a refletir sobre diferentes faces do processo metabólico do capital, nesta virada do século XXI, e os impactos específicos na questão agrária.

As mudanças na questão agrária, na primeira década do século XXI, revelam que os movimentos sociais camponeses passaram a se confrontar cada vez mais com corporações transnacionais e cada vez menos com latifúndios, cada vez mais com o capital nacional, consorciado a diversos interesses do capital transnacional, desde o processo agroindustrial, construção de barragens etc.

A globalização da questão agrária tem tudo a ver com a territorialização do capital, das corporações transnacionais, fato evidenciado em diversas partes do planeta, com a crise alimentar adicionada à crise internacional, pois caíram os mitos de que o agronegócio é o responsável pela produção de alimentos da cesta básica. Isto é, ainda que, para alguns produtos, haja vinculação, via de regra, a sincronia do agronegócio é com a alimentação dos esquemas especulativos e o acionamento da máquina produtiva dos grandes conglomerados do setor agroquímico-alimentar-financeiro².

Nesse sentido, a mundialização da economia, no nosso entendimento, contém dois pontos fundamentais de

sustentação. Em primeiro lugar, caracteriza um período específico de desenvolvimento do capitalismo, a partir da década de 1980, como argumenta Alves (1999), uma denominação precisa para a globalização. Chesnais (1996) afirma estarmos diante de um novo regime mundial de acumulação do capital, predominantemente financeira. Assim, a mundialização do capital não é considerada apenas mais uma fase no processo de internacionalização do capital, mas uma saída diante de longo período de depressão, taxas de crescimento do PIB muito baixas, conjuntura mundial extremamente instável, alto nível de desemprego estrutural etc. Em segundo lugar, a mundialização do capital ou o novo regime mundial de acumulação é parasitário e rentista, sendo que as mudanças de condução são também políticas e refletem mudanças qualitativas nas relações de força (política) entre capital e trabalho, assim como entre capital-capital, capital-Estado.

Com isso, desnuda-se a ilusão social-democrata de que era possível domar o capital. E é em meio a essas mudanças que se somam os bons resultados dos

² Cf. THOMAZ JÚNIOR (2009).

“trinta anos gloriosos”³, ao se referir ao Pós-II Guerra, que contribuíram para o fortalecimento industrial e financeiro, no bojo do qual se desenvolveram as tecnologias da III Revolução Tecnológica.

E esse intento somente poderia lograr êxito através de uma “revolução conservadora”, das políticas neoliberais, de liberalização, desregulamentação, privatização de empresas e dos serviços básicos e de assistência aos trabalhadores (saúde, seguridade social), sob o comando triunfante do mercado. Thatcher e Reagan, em continentes opostos, somaram voz e ação em uníssono, para fazer valer o intento da “nova” liberdade requerida pelo capital, a fim de se valorizar, nos quatro cantos do planeta, saindo e entrando num determinado país sem as resistências habituais das *fronteiras*.

E, como se fosse seu irmão siamês, esse processo ganha o coadjuvante ideológico de elevada amplitude, isto é, a globalização, que, subjacente às políticas neoliberais, passa a ser a nova orientação capitalista. Contudo, os vínculos de irmandade ainda não estavam completos sem a cultuação do novo complexo de

reestruturação produtiva, na qualidade da face progressista da globalização.

Essas mudanças impactaram o espaço do trabalho, as relações sociais e endossaram o ataque destrutivo às forças produtivas ou, como salienta Mészáros (2007), desenvolvimento destrutivo e, conseqüentemente, aos trabalhadores, demarcando uma fronteira histórica no desemprego mundial, às organizações sindicais.

O que está em questão são as ações orquestradas pelo capital na produção (reestruturação produtiva), pelos novos arranjos e processos modificados pelo toyotismo, mas também as formas combinadas fordista-taylorista e, na política o neoliberalismo, que fundamenta a mundialização do capital, nos campos e nas cidades, rebatendo, portanto, diretamente na luta pela terra e pela reforma agrária, e nas diferentes formas de materialização do trabalho. É por essa via que nos propomos *(re)povoar* o território da luta pela terra e pela Reforma Agrária, no Brasil contemporâneo.

³ Cf. CHESNAIS (1996).

5. E ONDE FICAM OS PARTIDOS POLÍTICOS E AS ONGS?

Entretanto, os fetiches e estranhamentos obliteram essas vias de comunicação, tanto do ponto de vista da compreensão que a luta pela terra e pela reforma agrária é de toda a sociedade e, por conseguinte, não se resume aos trabalhadores rurais, aos camponeses, aos sem-terras, da mesma forma que as demandas do trabalhador assalariado, proletário, não se resumem somente a melhores salários e condições de vida, tampouco se restringem às instâncias sindicais (sindicatos, federações, confederações, centrais), mas para todos aqueles que estão privados do acesso à saúde, escola, emprego e a terra. Assim, é como se revivêssemos uma quase que total separação desses assuntos, particularmente quando temos pela frente que demarcá-lo no ambiente específico das dissensões do trabalho, dos “rachas”, das disputas políticas, no caso, em relação à luta pela terra e reforma agrária.

Se o estranhamento impossibilita ou dificulta a passagem dos *flashes* de luz que poderiam iluminar as contradições e o nefasto quadro de destruição das experiências de vida comunitárias e das

organizações camponesas, encobre igualmente o caos que se instala nos setores mais dinâmicos da economia, os quais vivenciam casos de aguda exclusão e de (des)realização do trabalho, nos centros urbanos, da mesma maneira que os partidos políticos.

O distanciamento dos partidos políticos com respeito a temas centrais para os trabalhadores, particularmente a reforma agrária, a viabilização de assentamentos e a política de emprego (urbano e rural), pois, evidencia os vínculos, os interesses e os nexos que soldam as alianças políticas de sustentação do governo, por exemplo, em torno do *superávit* primário, acordos com o FMI, das reformas constitucionais e trabalhistas. Um exemplo disso foi o desfecho do acordo que o governo Lula concretizou com a bancada ruralista, em relação à rolagem da dívida agrícola. O pacote se estende desde a soja – passando pela cana-de-açúcar, pecuária, café – ao cacau, compreendendo diversos quesitos, desde a compra de equipamentos até a securitização da dívida, com um volume de aproximadamente R\$ 80 bilhões e envolvendo 2,8 milhões de contratos, em todo o país (OESP, 10/06/2009).

A amplitude da regularização de dívidas originárias do crédito rural e de crédito fundiário foi oficialmente garantida pela Medida Provisória 432, de 27 de maio de 2008. As tratativas variam por programa e tipicidade de dívidas, e poderíamos destacar: a) redução dos encargos sobre as prestações vencidas e não pagas; b) diluição do saldo devedor vencido entre as parcelas vincendas; c) concessão de prazo adicional para pagamento e de concessão de descontos para liquidação, em 2008, 2009 ou 2010, das operações antigas com risco da União; e d) redução das taxas de juros e encargos.

Sem contar os partidos que compõem o arco político do governo (PT, PMDB, PTB, PSB, PC do B) que mantêm fidelidade aos compromissos do governo com o agronegócio e poucas migalhas para a política de assentamentos, às custas de muitas lutas e enfrentamentos – e, para não cometermos injustiças, o tema da reforma agrária, enquanto política programática do ponto de vista dos partidos políticos é, no mínimo, tratado com desdém pela maioria, com destaque para a oposição sobretudo os de cariz conservador de direita (DEM, PSDB, PPS), que se propõem fazer reforma

agrária em terras devolutas (sic), mas também não podemos deixar de registrar a secundarização da centralidade do assunto, para os partidos de esquerda.

Nesse caso, para o PSTU e o PCO, apesar de abordarem o assunto, a reforma agrária não é concebida enquanto elemento central da questão agrária, que, por sua vez, é a própria expressão do metabolismo do capital para um problema secular no Brasil, o qual tem a ver com a concentração da propriedade da terra, de riquezas e de renda. O camponês, ainda como resquício, e os sem-terras, como *movimentos de novo tipo*, ganham simpatia, mas concretamente o assunto está em aberto.

A aposta na agricultura familiar vinculada aos sistemas integrados predomina (PSDB, setores do PT, PMDB, DEM) e as preocupações com o êxodo rural motivam seus defensores a propor colonização, para não haver mais problemas e instabilizações políticas em torno da terra (PTB), inclusive que os recursos do PAC deveriam servir para isso (depoimento do líder do DEM no Senado, Agripino Maia, 2009).

As questões políticas, tanto no âmbito da tática quanto da estratégia, são “atropeladas”, de sorte que a questão central da classe e os papéis sociais dos trabalhadores em relação à reforma agrária são entendidos de forma fragmentada, ou seja, são os camponeses e os sem terras que têm que cuidar desse assunto. Quando se propõe a aliança campo-cidade, não se explica muito bem o que vem a ser, e tampouco a pluralidade de situações laborais (posseiros, moradores, pescadores artesanais, camponeses assentados/camponeses, assalariados, temporários, migrantes, extrativistas, meeiros, arrendatários) é abordada, até porque dá a impressão de que não é muito bem compreendida. De todo modo, o PSOL me parece que defende posições mais arrojadas, sobretudo no que concerne à compreensão política da reforma agrária, e não somente a produção de alimentos, quer dizer, o conflito de classe está sintonizado, no entanto, não é uma aposta de construção política da classe trabalhadora.

Todavia, esse assunto é carente de pesquisas, o que dificulta ainda mais a reflexão sobre ele, inclusive, no interior dos próprios movimentos sociais e dos assentamentos, a questão partidária

sempre se colocou e não somente nos momentos eleitorais, mas é exatamente nesses momentos que o assunto ganha mais importância e que as alianças são “costuradas”, muitas vezes, não explicitando coerência com a política de enfrentamento pela posse da terra, de maneira que a defesa de pseudoprincípios para a gestão municipal toma a frente dos discursos. Com efeito, não é incomum militantes do MST, MTST e de outras organizações se aliarem com políticos do DEM, PTB, PSDB, PP, UDR, para disputar cargos legislativos e mesmo para o executivo (prefeitos).

As organizações não governamentais (ONGs) também cumprem papel importante e de relevado destaque, quando se trata da luta pela terra e reforma agrária, no Brasil. E não é a quantidade que deverá dar o tom dessa reflexão, porque, se assim o fosse, mais dois parágrafos e tudo se acabaria.

A carência ou a ausência de apoios têm sempre que ser medidas e mediadas pela qualidade; evidentemente, por esse critério, a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) tem cumprido um papel diferenciado e marcante, politicamente, não somente

por ter marcado posição, desde o final dos anos 1960, e ocupado com visibilidade espaços de divulgação de estudos científicos, entrevistas com dirigentes e trabalhadores e, portanto, retratado sob diferentes ângulos e perfis a questão agrária brasileira, porém, porque há um marco em que deve haver concordância com os demais colegas que lidam com o assunto: a permanência da necessidade da reforma agrária no centro da pauta. Os argumentos mudam, mas há uma compreensão que tem na reforma agrária tanto a possibilidade de se construir mecanismos democráticos de acesso a terra, como acabar com a *indústria* da grilagem, estimular a melhoria das condições de vida de milhões de famílias, as possibilidades de fragilizar o poder de classe da burguesia e de outros setores que abrigam interesses em torno da propriedade da terra etc.

Não podemos ignorar o papel de intelectuais, militantes de peso nacional e internacional, contudo, para não cometer injustiças, ao ser traído pela memória, citarei apenas alguns nomes: José Gomes da Silva, Plínio de Arruda Sampaio, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Bernardo Mançano Fernandes, Sônia Pessoa Bergamasco, José Juliano

de Carvalho Filho e tantos outros. Essa lembrança também reforça posicionamento que norteia minhas avaliações pessoais do que é a ABRA, na contemporaneidade, diante das mediações políticas que, em alguns momentos, atravessam as linhas para composição de governo, as defesas de posições “chapa-branca”, referenciadas em teses acadêmicas ou não, que já secundarizam a reforma agrária e, em seu lugar, crescem as vocações para as políticas compensatórias. Tem-se, igualmente, a defesa das imposições dos órgãos de fomento, tais como a desastrosa proposta de reforma agrária de mercado, forjada nos cânones do Banco Mundial e hoje plenamente implantada e – o pior – aceita por quem a combatia, como é o caso dos colaboradores diretos do governo Lula e, em alguns casos, os movimento sociais, que, premidos pela falta de alternativas, estão igualmente apostando no projeto da burguesia.

Há ainda outras instituições que compõem esse leque de apoios e podem ser consideradas ONGs, como o IBASE, que, não somente através de publicações, mas no debate público, tem defendido a reforma agrária, a questão da terra, no Brasil, como algo prioritário. Desde os

primeiros momentos em que Betinho, um dos seus dirigentes, encabeçou as campanhas contra a fome e depois já na onda do Fome Zero, o IBASE participou ativamente, inclusive da própria constituição do governo e, no topo das mobilizações dos Fóruns Sociais Mundiais, empenhou projeção especial para a questão da terra, ressaltando a importância das comunidades tradicionais em plenas condições de vida.

A Rede Social, uma ONG sediada no Brasil e que se dedica às questões voltadas para as lutas dos excluídos, entre as quais a fome, a migração, os refugiados, faz campanhas e denúncias em nível internacional sobre perseguições, atrocidades, extermínios de comunidades tradicionais, campanhas contra a militarização e pelos direitos humanos. Dentro desse grande leque, também se dedica a defender as lutas lideradas pelos movimentos envolvidos na luta pela terra, com a qual vincula sua participação no Grito dos Excluídos. Há uma série de instituições internacionais que poderiam ser classificadas, mas que pulverizam suas ações para muitas atividades, tais como comércio justo, direitos humanos etc.

Não poderia faltar a presença de instituições e de pessoas, que, obviamente, estão totalmente fora da classificação de ONGs, mas que diretamente estão ligadas à defesa da luta pela terra e pela reforma agrária. Os religiosos que não estão nas CEBs, nem na CPT, por questões de cunho político-pessoal, mas atuam de diferentes maneiras e ajudam nas ações, e os leigos, particularmente estudantes, militantes partidários “desgarrados”, alguns pesquisadores, os quais se identificam com a reforma agrária, com as lutas libertárias e emancipatórias, somam-se a esse pequeno grupo de pessoas.

6. LUTA PELA TERRA, REFORMA AGRÁRIA E TRABALHO (RE)POVOANDO O TERRITÓRIO!

Tendo em vista o peso decisivo do estranhamento e da alienação, ampliam-se as travagens que determinam a (des)identidade de classe do trabalho, ou a noção de pertencimento ao universo simbólico de classe, internamente ao próprio mundo do trabalho. O não reconhecimento da autenticidade e legitimidade das formas de organização/representação dos

trabalhadores que não sejam os sindicatos, as federações, as confederações, as centrais e, de outra parte, as associações, as cooperativas, as organizações, no âmbito dos movimentos sociais e vice-versa, nos põe preocupados diante dos desafios que se apresentam para a classe trabalhadora.

Os trabalhadores inseridos na seara sindical têm dificuldades ou resistências para entender e aceitar a existência das demais formas de organização da classe trabalhadora, sendo o contrário também verdadeiro. Isto é, os trabalhadores vinculados aos movimentos sociais e demais estruturas organizativas não reconhecem os trabalhadores e suas entidades sindicais como aliados etc.

A convivência internamente aos marcos da classe trabalhadora é conflituosa e fundada, em grande medida, nas disputas corporativas e politicamente orientadas para os trâmites legais da justiça do trabalho, como é o caso das entidades sindicais, que, historicamente, absorveram como leito privilegiado da luta política as imposições das prerrogativas da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Ou seja, é no leito do Estado que priorizam e edificam a disputa política, em total distanciamento dos pontos

programáticos dos partidos políticos, como veremos adiante.

A história mostra que, apesar de não podermos esperar dos sindicatos ações mais arrojadas, transformadoras, é sobejamente conhecida do público a importante participação destes e de seus líderes e militantes para a resistência e formação política dos trabalhadores brasileiros. Foram inicialmente inspiradas nos ideais libertários do anarcossindicalismo, nos primórdios do século XX, e, depois, pela democratização e conquistas sociais de vulto para os trabalhadores, em particular, e para a sociedade brasileira, em geral, especialmente a partir de 1980, no entanto, em torno da temática da luta pela terra e da reforma agrária os sindicatos se fazem presentes, com limitações, todavia prevalecendo posicionamentos colaboracionistas e/ou coniventes com o projeto de dominação do capital, vinculados ao arco político da CONTAG⁴.

Contudo, não foi por falta de instâncias de organização que esse tema se atrofiou no âmbito dos assuntos centrais para a sociedade e para os

⁴ Esse assunto foi desenvolvido no capítulo 3, Parte II, Volume 1, da tese de livre-docência. Ver: THOMAZ JÚNIOR (2009).

trabalhadores. Alguns dizem que é exatamente o contrário (RICCI, 1999), mas eu preferiria ainda atribuir os problemas aos objetivos e aos princípios das instâncias de organização e não propriamente à sua quantidade.

Nesse sentido, poderíamos lembrar, em relação à luta pela terra, as fragmentações internas aos trabalhadores rurais, no âmbito da CONTAG/CUT, e por meio de algumas Federações que atuam regionalmente, como a FETAPE, em Pernambuco, os Sindicatos dos Empregados Rurais (SERs) e a FERAESP (Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo), como instância federativa (reconhecida juridicamente, em 1997), e de forma particular as organizações que estão no arco da Via Campesina (MAB, MST, MPA, MMC, MCP) e ainda o MTST e outros.

Outro aspecto igualmente marcante da intolerância, em se tratando de disputas políticas no âmbito do trabalho, dos sindicatos, dos movimentos sociais, é assunto de grande relevância. Assim, de um lado, para a grande maioria dos sindicatos (tanto com enraizamento no campo, quanto na cidade), mas, especialmente, os

Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) e, em menor intensidade, os SERs, os trabalhadores envolvidos na luta pela terra, sobretudo no âmbito do MST, são radicais, porque não se propõem o diálogo, não respeitam as leis e o território da ação sindical delimitado pelas extensões de base, ou a unicidade sindical. Por outro lado, os trabalhadores e suas lideranças, no arco de influência do MST, avaliam que os sindicatos não acrescentam à luta política de enfrentamento com o latifúndio, não são confiáveis e tampouco favoráveis à reforma agrária, portanto, não são aliados de classe.

Instalada a cizânia e a manifesta dificuldade de comunicação/interlocução internamente ao universo do trabalho ou o movimento multiforme de negação/afirmação do trabalho sob o capital e que não se completa, presenciamos, de modo combinado e onipresente, diversos elementos constituintes das travagens que determinam a (des)identidade de classe do trabalho, o estranhamento que blinda os esquemas de dominação/exploração/sujeição etc. e as fragmentações de sua práxis social e política. São eles: as clivagens

corporativas; os fetiches territoriais que nada mais são do que a garantia ao respeito às extensões de base (territorial) dos sindicatos, ou o *respeito cego* à unicidade sindical.

Da mesma maneira, não deveríamos admitir que alguém mais reivindicasse terra, reforma agrária, melhores condições para produzir, visto que tais reivindicações estariam reservadas ao universo camponês *stricto sensu*. Essa *miopia* teórica e política, que restringe a inserção laboral às predeterminações da divisão técnica do trabalho, às identidades engessadas do trabalho, além das blindagens defendidas, as quais superpõem aos modelos de interpretação à realidade social e geográfica do trabalho, têm impossibilitado compreendermos efetivamente o que se passa na nova *morfologia do trabalho*⁵ e no *(re)povoamento* do território da luta pela terra e pela Reforma Agrária, no Brasil contemporâneo.

O mesmo serve para as reivindicações e ações político-organizativas que partem dos camponeses, em torno de melhores salários, condições de trabalho, registro em carteira etc., tal como, a título de

exemplo, se fazem realidade no Pontal do Paranapanema, mediante a inserção de crescente e significativo número de trabalhadores assentados nas atividades agrícolas da cana-de-açúcar (corte/plantio) e fabris, da agroindústria canavieira.

Por conseguinte, se levarmos em conta o circuito produtivo agroalimentar, em sua amplitude agroprocessadora, desde a produção familiar camponesa e empresarial, passando pelo circuito industrial-processador e pelos mecanismos de comercialização, até chegar aos consumidores finais, podemos atestar que a reforma agrária e a soberania alimentar têm a ver com o conjunto da sociedade, não sendo exclusivas da dimensão agrária ou rural, como habitualmente se apresentam.

Mas ainda cabe um comentário com respeito ao papel que cumprem os pesquisadores quando se deparam com assuntos como esse. Não imunes ao estranhamento essas diferentes situações serão abordadas ou respeitarão as áreas e subáreas/especializações (divisão científica do trabalho). Exemplo: 1) até quando o trabalhador era proletário, um especialista se dedicava a essa situação/condição; 2) depois, já

⁵ Cf. ANTUNES (2005).

funcionário de uma empresa terceirizada, cujo enquadramento sindical também muda, pois já não é mais metalúrgico, será objeto das atenções do especialista em atividades terciárias e prestação de serviços; 3) na sequência, como autônomo, ambulante, camelô, agora na informalidade, outro estudioso irá abordá-lo; 4) e, quando atinge a condição de ocupante de terra ou mesmo de assentado, outro pesquisador, agora dedicado à questão agrária, se dedicará a entender e explicar essa especificidade do trabalhador; 5) sem contar que pode vivenciar, ao mesmo tempo, papéis diferenciados quanto à inserção laboral, à divisão técnica do trabalho e à delimitação representativa dessas condições, como, por exemplo, os assentados rurais que também trabalham no corte da cana-de-açúcar ou outras atividades, enquanto assalariados.

A capacidade do capital em juntar diferentes externalizações do trabalho, para garantir sua reprodução ampliada, não pode passar ao largo e ser compreendida somente do ponto de vista da forma abstrata de trabalho (assalariado) fetichizado na mercadoria cana-de-açúcar, tampouco na qualidade de camponês, pois estaremos

desconsiderando os elementos da subjetividade do trabalho, tão importantes para entendermos os tensionamentos e as disputas internas que movem as lutas e definem as ações de resistência e de confronto, no âmbito da luta de classes.

Além disso, é imperioso considerar as mediações guiadas pelo capital, que estão redefinindo os papéis sociais e políticos dos trabalhadores⁶, por dentro do movimento de externalização e das constantes mudanças da lavoura, que qualificam a plasticidade do trabalho do século XXI, bem como as ações movidas pelos trabalhadores e suas organizações, seus princípios, objetivos políticos, ideológicos e práticos. Temos focado esse assunto e apontado para a necessidade de se retomar urgentemente o elemento central em torno da questão agrária, no Brasil: a necessidade da Reforma Agrária, de preferência – em comparação à política de assentamentos – da Soberania Alimentar e Energética, e, para tanto, o controle genético das sementes, bem como a defesa de políticas públicas capazes de viabilizar o enraizamento do campesinato na terra.

⁶ Cf. THOMAZ JÚNIOR (2009).

Assim, mesmo admitindo que a luta pela terra e pela reforma agrária e a soberania alimentar não são concebidas como um fim em si mesmas, as ações desencadeadas nessa direção têm catalisado diversos segmentos da classe trabalhadora, sobretudo nos países latino-americanos e europeus, principalmente onde a Via Campesina tem atuado de maneira mais contundente, desde esse prisma. Porém, é importante assinalar que, no Brasil, esse assunto apenas dá os primeiros passos e se faz presente ainda de modo secundário, nas discussões e debates, no âmbito dos movimentos sociais e das atividades específicas dos trabalhadores.

Os resultados alcançados na Guatemala, Equador, Nicarágua, México e em alguns países europeus, como Espanha, Portugal, Itália e algumas regiões da França, têm demonstrado a amplitude que esse processo já começa a evidenciar, nas reivindicações próprias do campesinato (VIA CAMPESINA, 2004). Ou seja, o somatório de forças e a *plasmagem* de interesses solidários fazem transparecer a garantia das terras de trabalho para os camponeses e de “um mundo rural vivo”, garantia de abastecimento de produtos saudáveis e vinculados a uma

malha espacial de pequena abrangência ou de proximidade entre produção e consumo.

Essas experiências deixam evidente a força dos movimentos sociais, cujos enfrentamentos convergem para o eixo central do conflito social, de classe e, portanto, político-ideológico, focado na dimensão estrutural da sociedade do capital.

7. REFERÊNCIAS

- ALVES, G. **Trabalho e mundialização do capital**. Londrina: Práxis, 1999.
- ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ARROYO, M. G. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Educação & Sociedade**, São Paulo, v. 31, p. 1381-1416, 2010.
- CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. **Multifuncionalidade agrícola e pluriatividade das famílias rurais: complementaridades e distinções conceituais**. Florianópolis, 2002. Texto para discussão.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- DELFINO NETTO, A. **Planejamento para o desenvolvimento econômico**. São Paulo, Pioneira, 1966.
- DELGADO, G.; GASQUES, J. G.; VILA VERDE, C. M. (Org.). **Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 1996.

- FERNANDES, F. A. **Revolução Burguesa no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- MARX, K; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. Moscou: Progresso, 1982. Tomo 1.
- MATTEI, L. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do Programa. **Cadernos do CEAM (UnB)**, v. 7, p. 33-44, 2007.
- MEDEIROS, L. S. de. **História dos movimentos sociais no campo**. 1. ed. Rio de Janeiro: FASE, 1989. v. 1. 215 p.
- MENEGAT, M. A face e a máscara: a barbárie da civilização burguesa. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v.8, n.2, dez., p.27-46, 2007.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MOLINA, M. C. Cultivando Princípios, Conceitos e Práticas da Educação do Campo. **Presença Pedagógica**, Brasília, v. 15, p. 30-39, 2009.
- OLIVEIRA, A. U. **A não reforma agrária no governo Lula**. São Paulo. São Paulo Instituto Iandé, 2006. Disponível em: http://www.landaction.org/gallery/A_NaoReformaAgrariaNoGovernoLULA.pdf Acesso em: 13 fev. 2007.
- PEREIRA, J. M. M. **A política agrária do banco mundial: ofensiva neoliberal em marcha**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: www.landaction.org/idsplay.php?article=331 Acesso em: 08 ago. 2005.
- PRADO JÚNIOR, C. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- RICCI, R. **Terra de Ninguém: sindicalismo rural e crise de representação**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.
- SOUZA, A. S. Otimização, “clonagem” e “autofagia”: as novas formas de não fazer reforma agrária no Estado de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, XIV, AGB, **Anais...** Rio Branco-AC, 2006 (CD-Rom).
- STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária brasileira: a classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964-1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. Nº 5.
- STEDILE; J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava Gente**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- TAVARES DOS SANTOS, J. V. (Org.). **Revoluções camponesas na América Latina**. Campinas: Ícone, 1985.
- THOMAZ JÚNIOR, A. A geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. **Geosul**, Florianópolis, v. 19, n. 37, p. 7-26, 2004.
- THOMAZ JÚNIOR, A. Novos arranjos territoriais e velhos dilemas para o trabalho no campo, no Brasil, no século XXI. In: OLIVEIRA, M. P.; COELHO, M. C.; CORRÊA, A. M. (Org.). **O Brasil, a América Latina e o**

mundos: espacialidades contemporâneas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. p.256-274.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI.** (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). 997p. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

VIA CAMPESINA. **Declaración de la IV Conferencia de la Via**

Campesina, 2004. Disponível em <http://www.viacampesina.org/main_sp/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=52>. Acesso em: 15 set. 2006.

THOMAZ JÚNIOR, A. Povoando o território da luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil contemporâneo. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, vol. 11, n. 2, 31 dezembro 2010. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/ceget/pegada112/01THOMAZ1102.pdf>>. Acesso em: __. __. 20__.